

**IEPÉ - INSTITUTO DE PESQUISA E
FORMAÇÃO INDÍGENA**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018



J P M

*IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
Relatório sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019*

Índice	Pág.
Relatório dos auditores independentes	03
Balancos patrimoniais	07
Demonstrações do resultado	08
Demonstrações do resultado abrangente	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Presidente do
IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Entidade)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, sem ressalva, datado de 18 de abril de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração obtido antes da data deste relatório somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar,

dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



J P M

*IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
Relatório sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019*

São Paulo, 31 de março de 2020.



CRC 2SP024410/O-5

Deul J. Pereira
Contador CRC - 1SP 102.800/O-0

Manoel Messias de Oliveira Bastos
Contador CRC - 1SP 123.790/O-3

**J P M**

IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
Relatório sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.194.748	10.965.956
Adiantamentos e outros créditos		115.281	58.160
Despesas antecipadas		2.340	2.089
		6.312.369	11.026.205
Não circulante			
Outras contas a receber		10.800	10.800
Imobilizado	6	387.087	865.945
		397.887	876.745
Total do ativo		6.710.256	11.902.950
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO			
Circulante			
Recursos vinculados a projetos	7	4.120.535	9.016.571
Obrigações sociais		306.547	167.204
Impostos e contribuições		287	240
Outras obrigações		88.000	30.840
		4.515.369	9.214.855
Não circulante			
Outras obrigações		8.000	-
Receita diferida	3g	329.249	820.466
		337.249	820.466
Total do passivo		4.852.618	10.035.321
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		1.609.474	1.075.594
Fundo rescisório		322.826	258.155
(Déficit) superávit do exercício		(74.662)	533.880
		1.857.638	1.867.629
Total do passivo e patrimônio líquido		6.710.256	11.902.950

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis

**J P M**

IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
Relatório sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RECEITAS			
Receitas de projetos	10	11.651.465	9.780.252
Prestação de serviços		24.548	396.758
Outras receitas		976.482	169.196
		12.652.494	10.346.206
DESPESAS			
Administrativas e gerais	11	(1.951.085)	(1.650.342)
Serviços prestados por terceiros	12	(2.261.174)	(1.769.627)
Viagem, locomoção, estadias e refeição	13	(4.469.389)	(3.697.214)
Salários, encargos e benefícios	14	(3.901.433)	(3.159.404)
Valor residual de bens baixados		(491.545)	-
		(13.074.626)	(10.276.587)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(422.132)	69.619
Receita financeira		1.054.485	1.058.949
Despesa financeira		(707.016)	(594.688)
Resultado financeiro		347.469	464.261
(Déficit) superávit do exercício		(74.662)	533.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



J P M

*IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
Relatório sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019*

**Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Déficit) superávit do exercício	<u>(74.662)</u>	<u>533.880</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(74.662)</u>	<u>533.880</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Expresso em Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Fundo rescisório</u>	<u>Superávit (déficit) do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	847.358	197.147	228.236	1.272.741
Transferência entre contas	228.236		(228.236)	-
Fundo rescisório		61.007		61.007
Superávit do exercício			533.880	533.880
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.075.594	258.154	533.880	1.867.628
Transferência entre contas	533.880		(533.880)	-
Utilização do fundo rescisório		(52.705)		(52.705)
Complemento do fundo rescisório		105.047		105.047
Rendimento de aplicação financeira		12.330		12.330
Déficit do exercício			(74.662)	(74.662)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.609.474	322.826	(74.662)	1.857.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Expresso em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
(Déficit) superávit do exercício		(74.662)	533.880
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício:			
Acréscimo do fundo rescisório e rendimento financeiro		117.377	61.007
Utilização do fundo rescisório		(52.705)	-
Valor residual de bens baixados		498.738	-
Depreciação		191.689	169.197
		680.437	764.084
(Aumento) redução dos ativos:			
Outros créditos		(57.121)	27.126
Despesas antecipadas		(251)	83
		(57.373)	27.209
Aumento (redução) dos passivos:			
Obrigações sociais		139.343	(28.613)
Recursos vinculados a projetos	8	(4.896.036)	249.625
Outras obrigações		65.207	(58.963)
Receita diferida		(491.217)	314.388
		(5.182.703)	476.437
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais		(4.559.639)	1.267.730
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Acréscimos de ativo imobilizado		(211.569)	(493.233)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(211.569)	(493.233)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(4.771.208)	774.497
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		10.965.956	10.191.459
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		6.194.748	10.965.956
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(4.771.208)	774.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Aspectos institucionais

O IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena foi fundado em 2002, sendo uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, com sede na Rua Professor Monjardino, 19, no município de São Paulo - SP. De acordo com o artigo 5º do estatuto, o IEPÉ tem como finalidade a promoção de ações de:

- Pesquisa, formação e educação voltadas aos povos indígenas que se encontrem em território nacional, inclusive por meio da concessão de bolsas de estudos;
- Valorização e difusão da cultura indígena;
- Gestão ambiental e territorial e treinamento em proteção e fiscalização;
- Pesquisas de antropologia aplicada;
- Acompanhamento e aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas para o bem-estar dos povos indígenas;
- Divulgar, por qualquer meio, informação e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros correlatos às suas atividades;
- Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena - Ater Indígena;
- O desenvolvimento sustentável e a proteção, defesa, preservação e conservação do meio ambiente em geral;
- Formação e capacitação sobre temáticas relacionadas aos povos indígenas e ao meio ambiente de forma a qualificar gestores públicos, lideranças indígenas ou quaisquer outros agentes interessados.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são também apresentadas em Real e foram arredondadas com a eliminação de centavos.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outras, a gestão de risco financeiro (nota 4).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade.

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Entidade utilizando taxas de câmbio nas datas das transações.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente nas datas de origem. A Entidade possui como ativos financeiros não derivativos aqueles registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de negociação baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos.

Outros créditos

São ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Posteriormente, se aplicável, os ativos são reduzidos por eventual perda do valor recuperável, através da constituição da provisão para perdas com créditos cuja política utilizada se baseia na avaliação da expectativa de realização dos referidos créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos sem restrição para movimentação e aplicações financeiras que possuem elevado nível de liquidez os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão de compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras correspondem a recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, às quais estão registradas pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através da retirada, cancelamento ou pagamento. Como passivos financeiros não derivativos a Entidade possui os fornecedores e outras obrigações.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento.

c) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessária. Os ativos recebidos em doação, quando existentes, são mensurados a valor justo. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Os ganhos e perdas na alienação ou doação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas/despesas operacionais.

Custos subsequentes

Os dispêndios havidos com a reposição de um item componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trará benefícios econômicos para a Entidade e permite que estes sejam aferidos de maneira confiável. Os gastos normais de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado assim que incorridos.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada sobre o valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada item do imobilizado.

As taxas anuais equivalentes à vida útil média estimada dos ativos para o exercício corrente são as seguintes:

Computadores e periféricos	20 %
Máquinas e equipamentos em geral e móveis e utensílios	10 %

Os critérios de depreciação e a estimativa de vida útil são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, sendo os eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

d) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicações objetivas de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros que podem ser estimados de uma maneira confiável.

No caso de haver indicativo de perda de valor, os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, numa frequência anual. A Administração não identificou qualquer indicativo que justificasse a constituição de uma provisão para perda sobre seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

e) *Benefícios a empregados*

Obrigações a empregados relativamente a benefícios de curto prazo são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Dentre os benefícios oferecidos pela Entidade não há qualquer benefício pós emprego a colaborador que possa gerar uma obrigação futura.

f) *Provisões e passivos circulantes e não circulantes*

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. Quando aplicável, as provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício.

g) *Receita diferida*

Os recursos decorrentes de projetos que são aplicados na aquisição de ativo imobilizado são reconhecidos como receita diferida no passivo não circulante e são transferidos para o resultado do exercício, conforme o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação ou baixas do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 329.249 (R\$ 820.466 em 2018).

h) *Reconhecimento de receitas e apuração do resultado*

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime contábil de competência. Para os projetos cujos recursos foram aportados por financiadores que requerem a prestação de contas, as receitas são reconhecidas em valor equivalente aos gastos dos referidos projetos, de modo que seja nulo o resultado do confronto entre as despesas e as receitas apropriadas.

i) *Receitas financeiras*

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos de juros sobre aplicações financeiras. Os rendimentos são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

j) Doações e contribuições

As doações e contribuições financeiras recebidas, quando existentes, sem destinação específica são reconhecidas como receitas e mensuradas a valor justo.

4. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A presente nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos acima.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com aquelas de baixo risco.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações contábeis é:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	6.194.748	10.965.956
Adiantamentos e outros créditos	115.281	58.160
Despesas antecipadas	2.340	2.089
	6.312.369	11.026.205

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade apresentava em 31 de dezembro de 2019 um ativo circulante de R\$ 6.312.369 (R\$ 11.026.205 em 2018) para um passivo circulante de R\$ 4.515.369 (R\$ 9.214.855 em 2018), o que representa uma liquidez de R\$ 1.797.000 (liquidez de R\$ 1.811.350 em 2018).

Os vencimentos contratuais de passivos financeiros não ultrapassam o período de 180 (cento e oitenta) dias, o mesmo ocorrendo para os ativos circulantes, exceto pela obrigação parcelada de pagamento mensal de R\$ 8.000,00 relativo a um processo trabalhista com vencimento da última parcela em 28 de janeiro de 2021.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio para os recursos recebidos de financiadores do exterior, e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados na execução dos projetos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras da Entidade.

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis.

Com relação às taxas de juros, a Entidade realiza seus investimentos em aplicações que apresentam imediata liquidez e remuneração líquida superior a inflação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	744	779
Bancos conta movimento	77.747	1.692
Aplicações financeiras (a)	6.116.257	10.963.485
	6.194.748	10.965.956

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(a) Aplicação em títulos de renda fixa

6. Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Movimentação em 2019

Custo de aquisição	01.01.2019	Adições	Baixas	31.12.2019
Máquinas e equipamentos	424.291	76.753	369.379	131.664
Computadores e periféricos	770.138	111.335	422.145	459.329
Móveis e utensílios	65.628	23.481	19.996	69.113
	1.260.057	211.569	811.520	660.106
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	52.050	43.544	58.190	37.405
Computadores e periféricos	318.876	141.255	244.384	215.747
Móveis e utensílios	23.186	6.890	10.208	19.867
	394.112	191.689	312.782	273.019
Valor líquido	865.945	19.880	498.738	387.087

Movimentação em 2018

Custo de aquisição	01.01.2018	Adições	Baixas	31.12.2018
Máquinas e equipamentos	42.242	382.048	-	424.290
Computadores e periféricos	664.466	105.672	-	770.138
Móveis e utensílios	60.115	5.513	-	65.628
	766.823	493.233		1.260.057
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	21.068	30.982	-	52.050
Computadores e periféricos	187.340	131.537	-	318.876
Móveis e utensílios	16.506	6.679	-	23.186
	224.914	169.198	-	394.112
Valor líquido	541.909	324.036	-	865.945

Notas explicativas às demonstrações contábeis

7. Recursos vinculados a projetos

A Entidade contabiliza no passivo circulante os recursos recebidos de financiadores e que ainda não foram aplicados nos respectivos Convênios ou Projetos. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 4.120.535 (R\$ 9.016.571 em 2018), com a seguinte distribuição:

Fonte nacional	2019	2018
Órgãos públicos	449.048	4.021.170
	449.048	4.021.170
Fonte estrangeira		
Fundações	1.430.346	382.652
Organização não governamental	2.241.141	4.612.749
	3.671.487	4.995.401
	4.120.535	9.016.571

8. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido do superávit e diminuído do déficit apurados anualmente desde a data da sua constituição, além do fundo rescisório constituído com recursos de determinados projetos para fazer face ao custo da multa de FGTS em caso de desligamento, sem justa causa, do funcionário.

De acordo com o estatuto social, em caso de dissolução do Instituto, com base em decisão tomada em Assembleia Geral, seu patrimônio será destinado, preferencialmente, a outra ou outras instituições sem fins lucrativos congêneres com personalidade jurídica, sede e atividade em território nacional.

9. Isenção tributária

Tendo em vista que o Instituto não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ele está imune ao pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre os superávits apurados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

10. Receitas de projetos

Descrição	2019	2018
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	3.559.226	3.239.599
Rainforest Foundation Noruega/RCA	2.016.393	1.647.970
Embaixada da Noruega	553.701	506.492
Rainforest Foundation Noruega/Pacote Amazônia	2.228.618	1.945.600
Fundação Moore	2.272.896	1.672.422
POEMA e. V. Armut und Umwelt in Amazonien	223.677	100.983
PORTICUS	580.318	468.252
TNC - Inst the Conser Ambiental the Nature Conservancy	151.984	-
Fundação Gaia	59.160	149.806
Organizações diversas	5.492	49.127
	11.651.465	9.780.251

11. Administrativas e gerais

Ajuda de custo e diárias	246.445	224.811
Aluguel, seguro imóvel e locação	142.873	154.921
Telefone, internet e energia elétrica	106.304	94.410
Material de escritório e para eventos	324.000	271.791
Serviços e materiais gráficos	361.983	235.614
Limpeza e manutenção	222.252	88.374
Informática	14.582	14.637
Tributos e taxas	104.471	75.588
Depreciação	191.689	169.197
Outras despesas	236.486	320.999
	1.951.085	1.650.342

12. Serviços prestados por terceiros

Serviços prestados - Pessoa jurídica	2.001.183	1.632.717
Serviços prestados - Pessoa física	87.111	33.508
Repasse - Organização indígena	172.880	103.402
	2.261.174	1.769.627

Notas explicativas às demonstrações contábeis

13. Viagem, locomoção, estadias e refeições	2019	2018
Viagens aéreas, fluviais e terrestres	2.977.093	2.552.759
Alimentação	602.751	417.302
Hospedagem	307.318	285.355
Combustível	463.159	301.621
Táxi e outras despesas de locomoção	119.068	140.177
	4.469.389	3.697.214

14. Salários, encargos e benefícios

Salários	2.015.818	1.709.402
Férias	285.751	205.387
13º salário	179.312	155.427
Indenização processo trabalhista	96.000	-
INSS	588.628	521.667
FGTS	287.673	235.183
PIS	23.138	20.474
Assistência médica	253.875	176.934
Aviso prévio indenizado	19.154	10.178
Seguro de vida	28.607	23.837
Auxílio alimentação	113.028	96.513
Auxílio creche, transporte e exames médicos	10.449	4.762
	3.901.433	3.159.404

15. Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2019 foi contratada em valores que a administração julga suficiente para fazer face aos riscos associados aos respectivos ativos. Os bens segurados, no ramo de multiseuro empresarial, abrangem as localidades de São Paulo, Macapá, Oiapoque e Santarém.

Não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, o exame das premissas de riscos adotadas pelo Instituto. A seguir, são demonstrados os valores segurados:

<u>Cobertura</u>	<u>São Paulo</u>	<u>Macapá</u>	<u>Oiapoque</u>	<u>Santarém</u>
Básica	150.000	130.000	120.000	120.000
Roubo de bens	30.000	25.000	20.000	20.000
Vendaval	10.000	8.000	12.000	12.000
Danos elétricos	15.000	15.000	15.000	15.000
	205.000	178.000	167.000	167.000